

"A Capital" páginas literárias e Arte 30-6-1971.

# OS QUADROS DE «A BRASILEIRA»

Em 1925 Almada escreveu o romance «Nome de Guerra», livro de aprendizagem de nós próprios. Aí não atraiçoa a atenção à problemática da originalidade, que o une a Santa-Rita Pintor, a Mário de Sá-Carneiro e a Fernando Pessoa. E a obra escrita será então um testemunho da permanência criadora de Almada Negreiros.

Nem sempre a pintura terá sido o melhor índice da sua aventura espiritual. Compreendo nele, melhor do que nos outros, a osci-

lação do valor inventivo na pintura, porque sempre a sua personalidade se manifestou de múltiplas maneiras. E a ida às origens era para ele uma necessidade tão autêntica e urgente que não poderia nunca programar. Disse-me uma vez: — «Há uma palavra que tem feito muito mal na arte moderna. É a palavra ultrapassar.» E acrescentou: — «Como é que se pode ultrapassar, se vamos todos para trás?» Ora é muitas vezes em função dum retorno às origens e ao mais autêntico de nós próprios que a linguagem pictórica se tem transformado.

A obra global de Almada, pintada, escrita e falada — nunca se escreverá certa-

mente o livro do que ele dizia! —, tem uma unidade mais visível do que a que se pode encontrar analisando cada uma das formas de expressão separadamente.

Mas se é de pintura que se trata, os quadros de Almada, tal como os dos outros, confirmam a habilidade, o talento dos artistas, mas não a invenção e a exigência dos vanguardistas dos anos dez.

Apesar disso, e apesar de estragados, eram quadros que se gostava de ver naquele lugar de convívio. E não exageremos a responsabilidade cultural da apresentação daquele conjunto, como representativo da pintura portuguesa em 1925. Documento sociológico, sem



dúvida, entre as suas dimensões interessa principalmente considerar o facto de ser uma encomenda, e portanto um índice de confiança dum particular em alguns artistas. E a confiança é geralmente mais inspirada pelo talento do que pela irreverência da invenção.

Se quem pede os quadros aos artistas modernos geralmente receia uma falta de decoro (e esse receio existirá sobretudo nas encomendas oficiais, agravadas por outras incongruências), a verdade é que, talvez devido ao facto de raras vezes aparecerem estas oportunidades, não têm sido de modo nenhum irreverentes as obras realizadas por encomenda. O caso ainda recente da sede da Fundação Gulbenkian mostra-o bem, e mais ainda o caso d'«A Brasileira» em 1925.

Escrevo estas notas como quem faz um apelo para que as iniciativas deste género se multipliquem. Já o tinha feito a propósito da sede da Fundação. Os artistas portugueses merecem-nas e o público também. Que sejam as entidades particulares que estão mais atentas do que o Estado, é outra história, ou é já a História. E é grave, porque é o próprio público que paga essas encomendas incongruentes. Ah! o Palácio da Justiça, onde não houve justiça na selecção dos artistas. E, etc....

Mas este apelo a favor dos artistas importa-me agora em relação ao que eles próprios podem fazer com mais oportunidades. Quanto ao público, se não tem um Museu de Arte Moderna, não deve entretanto considerar estes locais como um substituto.

Os quinze pintores de Lisboa, que uma comissão de quatro críticos aconselhou para serem contactados para realizarem novos quadros para «A Brasileira»,

formam certamente um conjunto de bons pintores. Foram eles, por ordem alfabética: António Charrua, António Palolo, Carlos Calvet, Eduardo Nery, Fernando de Azevedo, João Hogan, João Vieira, Joaquim Rodrigo, Manuel Baptista, Menez, Nikias Skapinakis, Noronha da Costa, Paula Rego, Sá Nogueira e Vespeira.

É claro que o conjunto poderia ser outro. A comissão só esteve unânime em sete destes pintores, o que significa que cada um dos críticos individualmente forneceria uma lista diferente.

Apesar das limitações impostas (pintores actualmen-

te radicados em Lisboa), estiveram em discussão cerca de trinta nomes, dos quais se conseguiu fazer uma primeira selecção de vinte e dois. A selecção mais restrita, para quinze, obedeceu ao processo prático e frequente da contagem de votos... que vale o que vale, como o demonstraram recentemente as Menções Honrosas atribuídas na Exposição organizada pela Mobil, na S.N.B.A. Aí se aconselhava a que estas não fossem somadas. O mesmo deve ser aconselhado agora. Não são sete os pintores mais importantes para mim, pois eu posso estar mais crente naqueles em que votei sozinho, do que naqueles em que coincidi com os outros. Aqueles também não são os quinze pintores lisboetas do final dos anos sessenta». Apenas alguns dos mais significativos. E quantos serão estes? Vinte e dois? Trinta?... Seiscentos?!!

Se cada um dos quatro membros da comissão terá ficado como eu, derrotado em alguns pontos do seu critério — os críticos estão cada vez mais diferentes nas suas opções —, a verdade é que o resultado final é apesar de tudo bem positivo. E as onze pinturas que finalmente ficaram no Café (actualmente expostas na Galeria de Artes Decorativas de Joaquim Mitrinsky), serão um testemunho válido, já não direi de toda uma época, mas dos próprios autores? Creio bem que sim. Mas quantos gumes terá esse testemunho?

RUI MARIO GONÇALVES